



Vetos no Orçamento atingem fortemente setores sociais, aponta estudo do PSDB

Os vetos no Orçamento de 2011 afetaram fortemente setores sociais, de acordo com levantamento realizado pela Assessoria Técnica da Liderança do PSDB na Câmara. Entre os programas afetados com o corte de R\$ 1,03 bilhão estão o Inclusão Digital (R\$ 419,3 milhões); o Engenho das Artes (R\$ 188,4 milhões); e o Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social (R\$ 183,8 milhões).

Os programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial também foram prejudicados com a perda de R\$ 126,6 milhões. São projetos que envolvem ações como a construção de Centros de Referência de Atendimento Social (creches, centros de convivência de idosos e de atendimento a pessoas vítimas de violência, entre outros) e buscam proteger famílias que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Os vetos atingem inclusive as Apaes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) de várias localidades brasileiras. Vale lembrar que, durante a campanha eleitoral do ano passado, em debate transmitido pela TV, a então candidata Dilma Rousseff negou que as APAEs fossem sofrer restrições de recursos. Ao contrário do que afirmou Dilma, os cortes nas APAEs somam R\$ 4,2 milhões. Para o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, o gover-

no optou, mais uma vez, por prejudicar os que mais precisam no lugar de cortar seus próprios gastos. “É uma irresponsabilidade do governo cortar investimentos em ações sociais ao mesmo tempo em que a presidente Dilma anuncia a criação de mais dois ministérios e comemora a aprovação de um salário mínimo de R\$ 545,00, que sequer cobre o aumento nos custos da alimentação. No ano passado a alta superou os 10%”, lamentou.

Indignada, a deputada **Mara Gabrilli (SP)** afirmou que Dilma deveria rever sua postura. “Ela não pode ser contraditória, ainda mais quando estamos falando das pessoas com deficiência. Se tem que cortar, então porque não corta na comunicação e deixa os recursos para as pessoas com deficiência, que já sofrem com a ausência de estrutura adequada na educação, saúde, transporte e infraestrutura urbana? Isso é um absurdo”, condenou. @

■ Nem Apaes foram poupadas 1 bilhão

Foi o valor cortado pelo Planalto em programas de inclusão social, inclusive os de atendimento às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

“Tesoura” de R\$ 1,8 bilhão nas emendas também prejudica o setor

As emendas parlamentares também foram alvo do governo e boa parte dos recursos seria destinada a ações sociais – o corte alcançou R\$ 1,8 bilhão. Para Nogueira, “o que está em jogo é o aspecto institucional” deste mecanismo. “As emendas parlamentares são uma prerrogativa do Parlamento, que o governo tem de respeitar. Além do mais, são recursos destinados a entidades e prefeituras para investimentos em áreas sociais, de infraestrutura, que deveriam ser prioridade do atual governo”, lembrou.

Thame propõe fim da cobrança abusiva de troco e pede informações sobre falta de moedas

Preocupado com o abuso cometido por alguns fornecedores e comerciantes e com o prejuízo relatado por consumidores, o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** apresentou projeto de lei para considerar abusiva a cobrança de valor maior do que o devido nos casos de falta de troco. De acordo com o tucano, essa é uma lacuna do Código de Defesa do Consumidor que precisa ser corrigida. O parlamentar também apresentou requerimentos nos quais solicita ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central informações sobre a cunhagem e a circulação de moedas de real, em especial as de R\$ 0,01.

“Hoje temos uma estabilidade do real e, por isso, há como proteger o valor das moedinhas. Não se justifica que elas desapareçam do mercado. Será que o gover-

no acha que elas já não valem nada e por isso não estão cunhando ou será que estão fazendo isso mas há algum movimento novo?”, questionou o tucano, ao destacar a importância das explicações do ministro da Fazenda e do presidente do BC.

Segundo Mendes Thame, a escassez das moedas em diversos setores e por várias partes do país precisa ser observada pelas autoridades competentes. O tucano explica que esse fenômeno provoca, em alguns casos, a cobrança de valores superiores ao devido em relações de compra e venda, pois torna impossível a cobrança do valor correto. Apesar disso, o deputado afirma que a prática deve ser considerada abusiva, pois o consumidor não tem culpa da situação, mas ainda assim acaba levando o prejuízo. @

Líder da Minoria destaca importância das comissões que serão presididas pela oposição na Câmara

O líder da Minoria na Câmara, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, ressaltou a importância das quatro comissões que a oposição comandará na Câmara: Agricultura (DEM), Ciência e Tecnologia (PSDB), Relações Exteriores (PSDB) e Segurança Pública (DEM). Segundo o tucano, os dois partidos tiveram um desempenho muito bom à frente dos colegiados nas últimas legislaturas e devem manter o mesmo nível a partir deste ano. Por esse motivo, Abi-Ackel acredita que os temas debatidos nos colegiados deverão ser remetidos ao plenário para votação.

De acordo com o parlamentar, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática tem discutido questões importantes e fazendo um contraponto à maneira politizada do governo petista de tratar temas absolutamente técnicos. O colegiado foi comandado outras quatro vezes por tucanos. A última gestão do partido nesta comissão foi em 2009 com o deputado **Eduardo Gomes (TO)**, atual primeiro-secretário da Câmara.

“Nós teremos pela frente grandes discussões nos setores de telecomunicações, científico e tecnológico. Portanto, nós temos uma vocação no PSDB para tratar dessas questões de vanguarda e vamos manter o alto nível que marcou a presidência dessa comissão sempre com representantes do PSDB”, avaliou o líder da Minoria.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que será presidida pelo Demócratas, o tucano defende que sejam discutidas questões como a

política de segurança pública, a proteção das fronteiras e o combate ao tráfico de drogas. “Não há no governo federal investimentos e nenhuma política estratégica para o setor. Pelo contrário, existe uma completa inércia do governo em relação a esse assunto com o argumento de que essa matéria é da competência dos estados, mas não é”, destacou.

Abi-Ackel ressaltou a importância da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional diante da política externa desenvolvida pelo governo Lula. “Nós pretendemos fazer um contraponto a esse consenso de que a política externa foi um fiasco, um fracasso, pretenciosa e irresponsável buscando entendimentos com ditadores e líderes de países cuja referência política é muito negativa”, argumentou.

Em 2010, o PSDB também esteve no comando do colegiado que trata de temas relacionados à diplomacia com o deputado licenciado Emanuel Fernandes (SP). O PPS, também na oposição ao governo Dilma, ocupará a primeira vice-presidência da Comissão de Defesa do Consumidor.



Colegiados com contraponto ao governo Dilma

- Ciência e Tecnologia (PSDB)
- Relações Exteriores (PSDB)
- Segurança Pública (DEM)
- Agricultura (DEM)

Deputado Domingos Sávio defende novo pacto federativo e regulamentação da Emenda 29

Em seu primeiro pronunciamento no grande expediente da Câmara, o deputado **Domingos Sávio (MG)** defendeu a revisão do pacto federativo e a regulamentação da Emenda 29. O tucano também destacou temas relevantes para o seu estado, como as condições precárias das rodovias federais em Minas Gerais. O vice-líder do PSDB considera injusto o atual modelo federativo, já que a maior parte da arrecadação fica com o governo federal, cabendo aos demais entes uma parcela muito pequena dos recursos da União.

“Algumas prefeituras estão dizendo que terão de fechar serviços essenciais, pois não vão conseguir pagar esse pequeno aumento do salário mínimo. É na porta do prefeito que o cidadão pede socorro quando não tem vaga no hospital. Como ficam os municípios e os esta-

dos, alguns deles em situação de calamidade?”, questionou o parlamentar na última sexta-feira (25).

O deputado também cobrou, assim como defende o PSDB, a regulamentação da Emenda 29. A alteração constitucional fixa os percentuais mínimos da arrecadação para aplicação direta na Saúde. “Se não revermos o pacto federativo, pelo menos vamos nos debruçar sobre a Emenda 29. Todos sabem que precisamos de mais recursos para a saúde”, defendeu.

Domingos Sávio também levou ao plenário a situação da BR-381, estrada federal que liga Minas ao Espírito Santo. “Vemos todos os dias pessoas morrendo na rodovia da morte. A presidente sabe disso, os deputados também, mas ainda não se fez nada para solucionar esse problema”, condenou o parlamentar.



Leia também em nosso blog:

- Gomes de Matos critica uso eleitoreiro do programa Segundo Tempo e cobra de Dilma auditoria em ministério
- Código Federal de Proteção Animal volta a ser discutido na Câmara
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Vaz de Lima (SP), Rui Palmeira (AL), Cesar Colnago (ES) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Aloysio Nunes Ferreira (SP)
- Direto do Plenário, com o deputado Jutahy Junior (BA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>